

EDUCAÇÃO, PÚBLICA

ENCARTE

A Classe Operária



Orgão Central do Partido Comunista do Brasil

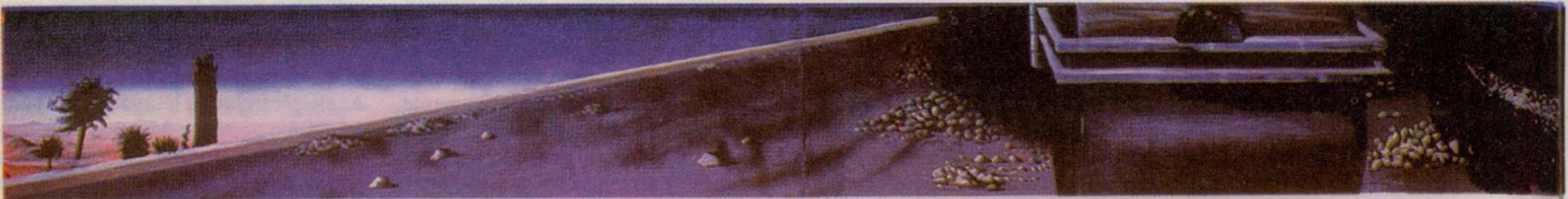
Painél: Construção de Rodovia - Cândido Portinari - 1936



Plano Real, corrupção no orçamento, desemprego crescente...

Dois anos de aperto para os trabalhadores

Páginas 3 e 4



Metalúrgicos do Rio elegem oposição classista

Páginas 6 e 7



A tarefa dos comunistas

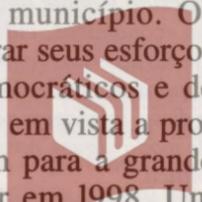
No quadro atual da luta contra o neoliberalismo, esta campanha eleitoral desempenha fator mobilizador importante para as forças progressistas. É a oportunidade que temos de discutir diretamente com o povo o significado político e econômico do governo FHC, denunciando as mazelas do desemprego, da miséria nas cidades, da falta de moradia digna, do descalabro na saúde e na educação, apontando saídas para a crise

brasileira, discutindo a urgência de uma reforma agrária e de uma política econômica voltada para os interesses do país e do povo.

Não podemos, entretanto, desprezar os problemas locais, de cada município. Os comunistas deverão concentrar seus esforços na eleição de prefeitos democráticos e de vereadores do PCdoB, tendo em vista a projeção que estas eleições têm para a grande batalha que se há de travar em 1998. Um

resultado que permita o avanço das forças anti-neoliberais contribuirá em muito para a formação de ampla frente progressista tendo por núcleo a esquerda unida.

Uma vitória em 96 é fundamental para tentar abrir caminho para novos enfrentamentos contra as forças poderosas que tentam liquidar a nação brasileira, a democracia e os direitos sociais dos trabalhadores.



Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Impulsionar a campanha eleitoral

As eleições municipais de outubro ocorrem num quadro conjuntural já modificado com relação ao primeiro ano de governo FHC e seus resultados impactarão fortemente a conjuntura do país até 98

Chama a atenção que os processos eleitorais em boa parte do mundo vêm marcando um fortalecimento de posições críticas ao neoliberalismo. Os resultados eleitorais na Rússia, Itália, Índia, Bangladesh e Portugal, para ficar só nos mais recentes, atestam impasses. Por caminhos nem sempre lineares, manifestam a insegurança de parcelas crescentes da população, gerada por políticas que têm em comum seu corte neoliberal: crescimento econômico decepcionante, desemprego, desmonte de serviços públicos essenciais e desnacionalização. Refletem ainda as dificuldades em dar solução em bases sólidas às questões étnico-religiosas, aos rearranjos em matéria de segurança regional tendentes a anular elementos de soberania nacional, às evidências crescentes de corrupção ou incúria governamental, fragilização fiscal e financeira de governos centrais, com a consequente dificuldade em assegurar coalizões partidárias estáveis. Com base em forças heterogêneas e sem representar ainda uma retomada da ofensiva das forças progressistas, esses resultados eleitorais estancam, em certa medida, a capacidade de ofensiva neoliberal.

No Brasil, essas injunções também estão em curso, a despeito da pregação pretensamente vanguardista do sociólogo-presidente, quanto à solidariedade das elites como novo marco do renascimento progressista mundial. A matriz política da orientação do governo bebe da mesma fonte de inspiração neoliberal. Por ser de aplicação mais recente, ainda não se desvendou todo seu ritual reacionário. Entretanto, o crescimento econômico lento, os efeitos negativos da abertura econômica, os fortes cortes sociais vão causando danos sem conta a quem quer produzir, progredir, ter a dignidade de um emprego e salário ou de um empreendimento.

A batalha de 98 começa em 96

Com efeito, já há evidentes sinais de desgaste da imagem do governo FHC e essa é uma das marcas centrais do quadro em que ocorrerão as eleições. Em outubro, não se poderá argumentar que vitórias oposicionistas comprometem a estabilidade. Pelo contrário, no primeiro plano está o debate de medidas capazes de impulsionar o desenvolvimento e bem estar para as maiorias sociais. Pouco a pouco, a população vai dimensionando os verdadeiros custos, pessoais e nacionais, do ajuste neoliberal.

O governo, é verdade, manobra - ainda tem margem para isso, que não deve ser subestimada. São alterações de percurso, para manter os mesmos objetivos. Alude a medidas de retomada de crescimento e manda a conta do seu desgaste para os políticos e o Congresso. Mas as dificuldades são inerentes ao seu projeto. O chamado ajuste modernizante mantém a tendência principal de arrocho e desemprego, cortes sociais,



ofensiva privatizante/desnacionalizante e ofensiva antidemocrática contra o movimento sindical e o próprio Congresso. E, em plano mais estratégico, visa sustentar a âncora política do Real - a reeleição de FHC para um novo mandato.

As contradições geradas por esse rumo refletem-se no campo de sustentação do governo, onde se desprende uma oposição pela direita e todo um setor de centro, que não partilha integralmente tais planos. Ou seja, do campo que comandou o rolo compressor do primeiro ano de governo, há os que seguem defendendo explicitamente a política do governo, há os que não mais a defendem explicitamente, e há os que se preparam para pular do barco. Todos têm em vista projetos próprios de poder para a sucessão presidencial de 98. A constatação é meridiana: 98 começa em 96 e se desdobra na estratégica eleição da presidência da Câmara dos Deputados, no início de 97.

Os resultados das eleições de outubro terão forte impacto nacional, com uma dupla implicação. Primeira, quanto aos rumos subsequentes do governo FHC. A situação na capital paulista é emblemática: uma vitória de Serra reforça a política governista. Uma eventual vitória

malufista demonstraria que nem toda derrota de FHC será avanço da resistência ao neoliberalismo - ao contrário, empurra o governo ainda mais para a direita. Vale ressaltar um exemplo histórico: a eleição de Jânio Quadros à prefeitura da Capital, em 85, ensejou a virada de rumo do governo Sarney, que mantinha, até então, certos compromissos democráticos da coalizão que enterrou a ditadura militar. A vitória de Erundina enfraquece objetivamente o campo governista e, subjetivamente, reforça a oposição popular para 98. E aí está a segunda implicação: outubro prepara o terreno em que as forças populares podem pautar 98, conquistando posições para se constituir um pólo de aglutinação de forças mais amplas de esquerda, nacional e democráticas, de corte anti-neoliberal.

Partir da situação real do povo

A unidade da esquerda, proposta pelo PCdoB em nível nacional, sobretudo nas capitais, caminham neste sentido. A despeito de que a unidade não se viabilizou integralmente (com a exceção positiva de Florianópolis), alcançou-se unidade parcial e

possibilidades de vitórias nos principais centros políticos: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, entre outras capitais.

Resta realizar uma campanha em sintonia com as possibilidades abertas pela conjuntura. Em geral, a campanha se polariza com um conteúdo de centro-esquerda. Refletem sensibilidades apropriadas em partir da situação real de exigências da população, num contexto de eleições municipais. Agregam-se também ambiguidades de uma parcela substancial da própria esquerda. De todo modo, é estéril a polêmica entre federalizar ou municipalizar o debate eleitoral. É preciso combinar as questões nacionais e municipais, referindo estas àquelas. Isso não se dá mecanicamente: as alianças e as questões programáticas municipais nem sempre são as mesmas. O desafio é politizar a campanha, levantando bandeiras ligadas ao desenvolvimento, combate ao desemprego, reforma agrária, luta contra o arrocho e democracia. Bandeiras que forjam uma identidade política oposicionista e precisam ser abordadas no âmbito da cidade, com proposições concretas, dando-lhes visibilidade junto aos trabalhadores.

A mobilização dos comunistas não se dá em função do mero eleitoralismo. As eleições, como a luta social, são parte do mesmo combate. Mas nos próximos dois meses, adquire naturalmente a principalidade. A campanha precisa ser organizada, levada às massas, priorizada na ação concreta, mobilizar recursos, entusiasmar a militância e apoiadores.

O empenho em garantir vitórias oposicionistas a prefeito não pode ser subestimado. Mas os resultados de outubro têm também um significado particular para os comunistas, que é o de enfrentar o ambiente de crescentes bloqueio da mídia e restrições legislativas - a fórmula da modernidade para o surrado propósito de suprimir a representação popular alcançada pelo PCdoB. A eleição de um maior número de vereadores é a resposta concreta para enfrentar as futuras exigências de nossa tática eleitoral. Seguramente, os resultados eleitorais do PCdoB servirão de base à avaliação do quanto avançou a esquerda nas eleições - vale dizer, do quanto avançou a capacidade dos brasileiros em dar um basta ao desmonte nacional, em barrar as agressões das normas democráticas e dos direitos do povo, em avivar a chama da solidariedade e justiça social na consciência dos trabalhadores. (Valter Sorrentino, presidente do PCdoB/SP).

Jandira não viajará à Atlanta

A deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), em pronunciamento na terça, 23, revela os motivos da sua desistência. Além do pronunciamento, Jandira dirigiu nota à militância partidária que reproduzimos a seguir:

“Prezados camaradas

Quero reafirmar o meu convencimento da importância do convite formulado pelo Comitê Rio 2004 para ir, durante o período de recesso na Câmara dos Deputados, às Olimpíadas de Atlanta, dada a relevância em estreitar relações com o referido Comitê diante das consequências econômicas, culturais e sociais que a realização dos Jogos Olímpicos trariam para a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, tal viagem não comprometeria, de modo algum, nossa independência política.

No entanto, a imprensa, por razões políticas ainda não muito claras,

deturpou e distorceu as reais motivações da viagem, acabando por gerar dúvidas na opinião pública e preocupações em vários companheiros de nosso Partido quanto às consequências da campanha da grande mídia.

Havendo a possibilidade de se criarem novas deturpações e na intenção de preservar a imagem do Partido e de meu mandato, além da grave crise a ameaçar milhares de empregos no setor naval do Rio de Janeiro, decidi recusar o convite feito pelo Comitê Rio 2004 e não mais viajar a Atlanta.

Considero correta e necessária a ofensiva política de enfrentar a deturpação ocorrida, embora seja necessário realçar aos companheiros que minha desistência poderá ensejar novas interpretações maliciosas.

Saudações comunistas
Jandira Feghali

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 706/31/04v) e Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP) - Editoração Eletrônica: Vinicius A. Z. Garcia
Administração: Eriberto Martins
Publicação da Editora Jornalística A Classe Operária
Rua Adoniram Barbosa - Bela Vista - São Paulo/SP, CEP 0138-020 Fone: (011) 604 4140 - Fax: (011) 606 0412

Plano Real tem caráter de classe

Com dois anos de vida, o Plano Real tem uma avaliação popular que indica com clareza seu caráter de classe. Os pobres, a classe média e os agricultores se sentem, em sua imensa maioria, prejudicados pela política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, diz uma pesquisa publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 30 de junho de 1996. Em contrapartida, 68% dos empresários e dos ricos, e 67% dos banqueiros consideram-se satisfeitos com o plano.

O presidente disse que este é um país de caipiras, que não entendem nada e que resistem à globalização por serem provincianos. Mas o resultado da pesquisa indica exatamente o contrário - o povo pode não entender as minúcias da economia, mas sabe exatamente sobre quais ombros é lançado o preço do ajuste econômico.

A avaliação expressa na pesquisa reflete, com precisão, algo que o povo talvez não tenha consciência, mas que sente na pele, com a piora sensível de suas condições de vida: o desemprego, mesmo medido pelos discutíveis números oficiais, passou de 5,6% do PEA (População Economicamente Ativa) em abril de 1994 para 6% em abril de 1996. Levantamento do Dieese mostra que, só na Grande São Paulo, em junho, o desemprego atingiu 16,2% do PEA, ou um milhão 385 mil pessoas. Deve-se considerar, na leitura destes números, que eles escondem o subemprego, o emprego precário, o chamado mercado informal, formado por "marreteiros", por trabalhadores contratados à margem da legislação trabalhista etc. Escondem também a dança dos setores - trabalhadores que perderam seus postos



na indústria, e improvisam sua sobrevivência em outras funções, muitas vezes precárias, fora de suas profissões e com renda muito inferior à que tinham nos antigos empregos. Só na indústria paulista, por exemplo, essa realidade atingiu 10% do total de trabalhadores durante a vigência do Plano Real,

trabalhadores cujos postos de trabalho foram simplesmente extintos.

Diz-se que, descontada a inflação, a renda média dos trabalhadores ocupados, de 300 reais em junho de 1994, cresceu 30% até março de 1996. Mas deixa-se de dizer que esse ganho foi simplesmente corroído pelo desemprego: como cabe aos trabalhadores empregados sustentar seus dependentes, parentes e mesmo, muitas vezes, amigos desempregados, aquele ganho foi simplesmente perdido - é preciso lembrar que é à própria classe trabalhadora que cabe o sustento de seus membros que não encontram trabalho.

Por isso, fala-se em aumento da renda média de quem está empregado, mas não se fala na massa salarial total que, com certeza, caiu nesse período.

Mas o festival de números assustadores não pára aqui. A dívida pública cresceu na vigência do Plano, de 62 bilhões de reais em junho de 1994 para 151 bilhões em maio de 1996, algo inaudito na história econômica do país. O déficit nas contas públicas também é gigantesco. Em 1994, houve um superávit de 1,3% do PIB. Isto é, a receita foi maior do que as despesas. Mas já em 1995, a situação se inverteu, com um déficit de 5% do PIB, e se prevê, para 1996, outro déficit, de 3,6%.

A inflação baixou - passou de 48,2% ao mês em junho de 1994, para 1,3% ao mês em maio de 1996. Mas o governo, tudo indica, trocou a inflação pelos juros altos, como forma de manter os mesmos velhos privilégios daqueles que engordavam com a inflação e continuam abocanhando fatias enormes da riqueza nacional com os juros que o governo paga. Juros, aliás, necessários para financiar o alto estoque de reservas

acumulado pelo governo, que atingiu a marca de 54,3 bilhões de dólares em maio de 1996.

A política econômica seguida pelo governo não deixa nenhuma dúvida quanto aos rumos que Fernando Henrique Cardoso pretende dar ao país, nem sobre quem tem seus interesses tratados prioritariamente. O presidente chama de provincianos os que resistem à globalização, e esquece que, na Europa, a reação mais forte contra os atentados à soberania nacional ocorre justamente na França de suas fantasias acadêmicas, na querida Paris de seu elitismo subordinado aos padrões e interesses primeiro-mundistas.

Aqui, esses modernizantes de araque olham para os interesses externos e aos da elite, e deixam o povo de fora. Essa opção foi reafirmada recentemente pelo primeiro ministro Pedro Malan, em entrevista a *O Estado de S. Paulo*, onde diz que o país poderia crescer a 10% ou 12% ao ano, mas isso poderia provocar "problemas de balanço de pagamentos", pois o crescimento da economia poderia representar mais importações e que "parte da sua produção exportável será carreada para o mercado doméstico". Por isso, Malan contenta-se com irrisórios 4% ou 5% de crescimento.

Ora, ele não poderia ser mais claro: o país não pode crescer para que o consumo do povo baixe e sobre riqueza para a exportação. Os interesses de fora se impõe. Afinal, foi o próprio Fernando Henrique que assinou o acordo da dívida externa, quando ministro da Fazenda, prevendo pagamentos anuais de 20 bilhões de dólares. Por isso, é preciso que, em seus negócios com o exterior, o país tenha saldos - é preciso satisfazer àquele compromisso anti-popular e anti-nacional. (José Carlos Ruy)

A corrupção do orçamento continua

Dentre as leis mais importantes votadas no Congresso Nacional, sem dúvida, está a lei orçamentária anual. Podemos dizer que os parlamentares surgiram em função de controlar e participar na definição dos gastos públicos.

O aparato governamental não age sem propósito, de modo casual; visa objetivos, defende interesses.

A Constituição de 88 restaurou o direito dos parlamentares de apresentarem emendas ao orçamento, que havia sido usurpado pela ditadura militar. Infelizmente, o nosso parlamento e, muito menos, a sociedade brasileira, ainda não faz uma discussão global das contas públicas. Em consequência, as emendas dos parlamentares, apesar de serem em grande número, tratam de pequena parte do orçamento. E, ainda, para serem executadas, ficam na dependência do poder Executivo, já que a lei orçamentária é apenas autorizativa. É o governo quem decide como e quando vão se efetivar os gastos fixados pela lei orçamentária.

Em 93, tivemos a CPI do Orçamento, que investigou a elaboração do Orçamento. Como resultado dessa CPI, alguns parlamentares foram cassados, outros tiveram que renunciar para evitar as punições, notadamente, os que formavam o núcleo de poder da Comissão. Já naquele momento, se alertava que a CPI puniu anões mas esqueceu os gigantes e nem investigou os corruptores.

Aqueles parlamentares que se interessaram em ir a fundo na investigação formaram a clara convicção de que a manipulação dos recursos orçamentários deve-se, fundamentalmente, ao poder Executivo e, secundariamente, ao Legislativo. É o governo que tem as chaves do cofre para liberar os recursos e executar as emendas aprovadas pelo Congresso Nacional.

A lei eleitoral de 96 determinou que as transferências voluntárias de recursos públicos aos municípios fossem condicionadas aos convênios firmados até 30 de junho, numa tentativa de evitar o uso eleitoral na máquina pública e o favorecimento dos candidatos apoiados pelo governo. Nos dias que antecederam a data limite e até mesmo nas três semanas seguintes, o *Diário Oficial* inchou de convênios, publicados aos milhares. O que era feito ao longo de todo um ano ocorreu num curto intervalo, permitindo uma visão mais global da ação governamental. O clientelismo e o uso em próprio benefício ficou às claras. Não foram fatos isolados os convênios nos setores de saúde, educação, assistência social, apoio à agricultura familiar, para ações de saneamento, construção de casas populares, infra-estrutura urbana, de defesa civil, enfim, todas as possibilidades foram utilizadas para que toda a máquina federal fosse colocada à disposição dos interesses eleitorais do Planalto e seus

aliados. Prefeituras administradas pela oposição foram vetadas, com grande prejuízo para as respectivas populações. As cidades de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília, tiveram os seus projetos engavetados pelo Ministério do Planejamento, que distribuiu as maiores verbas.

Os convênios podem ser originários de emendas dos parlamentares. Para "selecionar", o governo deu notas aos deputados e senadores, de acordo com a fidelidade observada em seu comportamento nas principais votações. Independente do objeto do convênio, da sua importância ou alcance social, os patrocinados pela oposição ou os infieis da base governista foram preteridos. Sem qualquer critério técnico, os de interesse eleitoral foram assinados. Embora numerosos, esses convênios somam pequenos valores. Os demais convênios foram assinados a partir das dotações genéricas. A maior parte dos recursos foi distribuída a partir dessas dotações, onde os nomes dos parlamentares envolvidos ficam omitidos, os valores são muito maiores e as possibilidades infinitas. Para esses casos, os critérios técnicos utilizados, reveladores do bom uso dos recursos públicos, foram o apoio dos atuais prefeitos aos candidatos escolhidos pelo governo. Apesar de todo o discurso moralista, o governo FHC demonstra que aderiu à prática comum das administrações públicas no Brasil. E, ao afastar os critérios

técnicos, a impessoalidade e a probidade administrativa, ao privilegiar o clientelismo e o apadrinhamento, definiu que o dinheiro público vai realmente para o ralo dos interesses escusos.

A orgia foi tamanha que voltou-se a perceber a ação dos famosos escritórios de intermediação, aqueles que cobram das prefeituras 30% dos recursos para conseguir que os projetos sejam "assinados". Aí, a corrupção corre solta. Para verificar de perto esse desvio de finalidade dos recursos públicos, que se dá através da execução orçamentária, estamos colhendo assinaturas para instalar uma comissão parlamentar de inquérito, que investigue a execução orçamentária, justamente o braço não investigado pela CPI do Orçamento.

Em diversas administrações municipais, a sociedade tem experimentado formas bem diferentes para a definição dos gastos públicos. Os chamados orçamentos participativos de Porto Alegre e Belo Horizonte, por exemplo, têm dificultado o desvio de recursos. O voto popular é utilizado para definir prioridades e indicar as obras, em assembleias que começam nos bairros e vão se afunilando. Esta é uma forma alternativa, que está evoluindo com a prática, demonstrando que a participação popular pode aproximar dos interesses populares. (Sérgio Miranda, líder do PCdoB na Câmara Federal)

Metalúrgicos do Rio de Janeiro

Unidade da esquerda garantiu a vitória

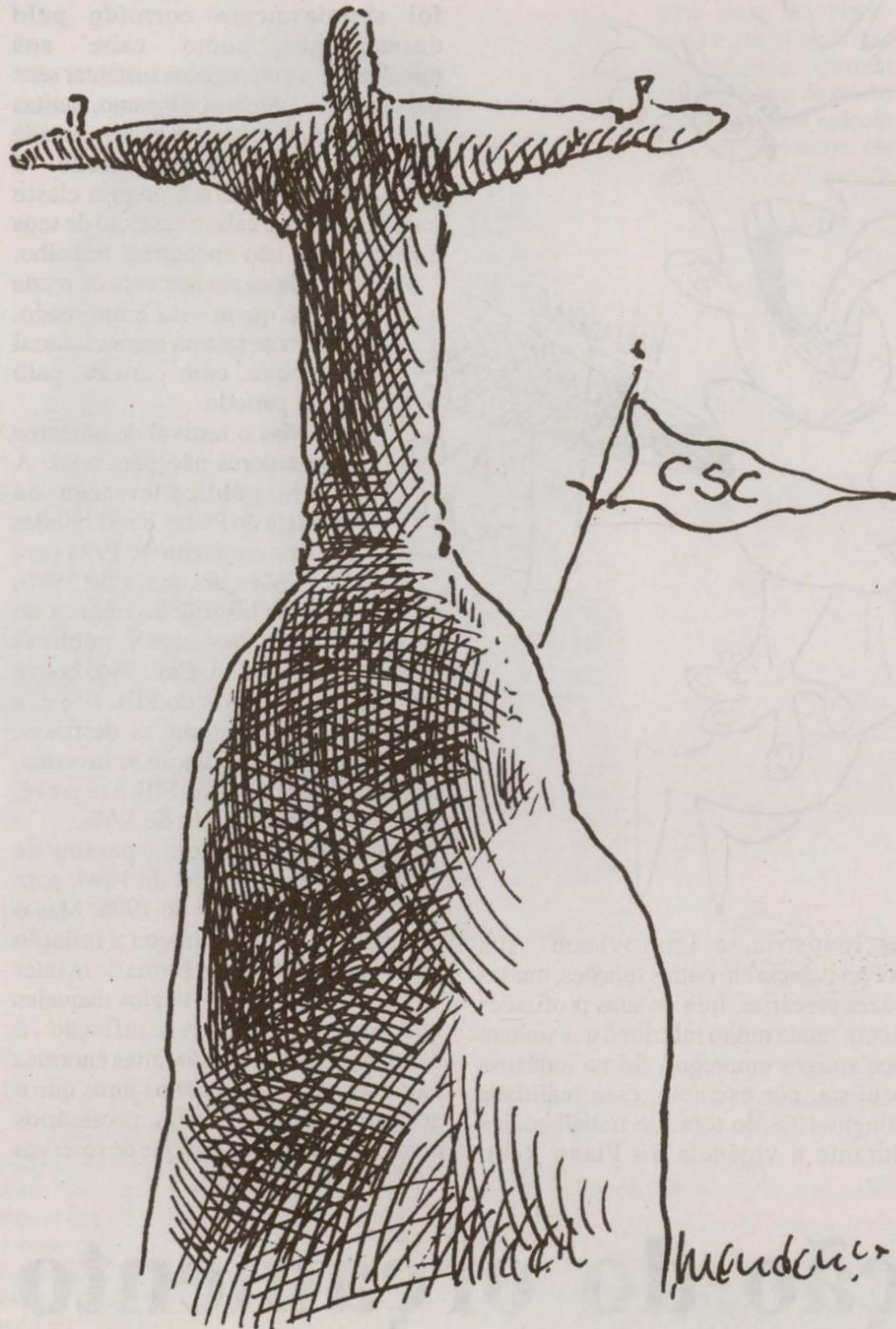
A oposição classista venceu as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, no segundo turno, realizado nos dias 19, 20 e 21 de junho. A chapa encabeçada por Luis Chaves, da Corrente Sindical Classista, obteve 5233 votos, contra 3364 votos da situação, 546 votos nulos e 70 brancos. A oposição classista foi formada pela CSC, Força Socialista, Movimento 5 de Julho, PCB e por trabalhadores aposentados. A composição ampla da chapa de oposição, que unificou todas as forças de esquerda que atuam na CUT, foi fator decisivo para derrotar a política de conciliação que vinha sendo desenvolvida pela maioria dos integrantes do sindicato.

Na última gestão, membros da CSC e da Articulação Sindical fizeram parte da diretoria, mas no decorrer dos três anos de mandato, as diferenças entre as duas tendências foram se acirrando, até culminar no rompimento da Corrente Sindical Classista com os diretores ligados à Articulação.

Política sindical gera divergências

As divergências sempre se situaram no campo político, de concepção no encaminhamento da luta dos trabalhadores. Enquanto a Articulação se alinhava a uma posição cada vez mais conciliadora e privilegiava os acordos em detrimento das mobilizações, a parte da diretoria ligada à CSC pensava exatamente o contrário. A alternativa de oposição surgiu a partir dessas divergências.

Desde o começo, as chances de vitória da oposição ficaram explícitas, calcadas numa trajetória de luta dos integrantes da CSC e em lideranças consolidadas entre os metalúrgicos. Além disso, a política de conciliação levada pela Articulação estava desgastada na categoria metalúrgica que, como os demais trabalhadores brasileiros, quer dar um basta à situação



em que se encontram.

Entre as discordâncias com política da Articulação do Rio de Janeiro, está o incentivo, na prática, ao fim de direitos trabalhistas, através do patrocínio a cooperativas de mão-de-obra, que contratam temporariamente, sem carteira assinada. Para quem se choca com isto, é bom saber que uma das tais cooperativas foi fundada e funcionou por

quatro meses na sala do Presidente do Sindicato.

Outro exemplo de capitulação aconteceu nas Forjas Brasileiras, onde um acordo entre o Presidente do Sindicato e a empresa, permitiu reduzir a jornada de trabalho e os salários dos trabalhadores em 24%. São propostas da Força Sindical, colocadas em prática por um sindicato da CUT. Neste caso, os

metalúrgicos da CSC conseguiram reverter a situação, reduzindo para dois meses a vigência do acordo.

Foi no contexto de profundas divergências entre as duas correntes, que se deu a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos, num processo nada tranquilo. A Articulação, vendo que perderia as eleições, utilizou métodos inaceitáveis no movimento operário.

Eleição foi adiada duas vezes

Fez uma aliança com a Força Sindical e as duas CGTs, apoiando a inscrição de uma chapa totalmente irregular, fora do prazo, com candidatos que nem sindicalizados eram. A impugnação que a comissão eleitoral fez da Chapa 3, autodenominada de oposição, foi o pretexto utilizado pela Articulação para fazer as maiores barbaridades, que lembraram os tempos da ditadura e dos interventores.

Daí para frente, o processo eleitoral ficou completamente tumultuado, com um festival de liminares e decisões contraditórias da Justiça, tudo programado com o intuito de melar as eleições, que deveriam ter acontecido nos dias 21, 22 e 23 de maio.

Tanto fizeram, que conseguiram. Depois de sumir com a lista de votantes, a Articulação e a Força Sindical contrataram seguranças armados para impedir a saída das urnas. Houve tumulto e a eleição foi adiada duas vezes. Neste meio tempo, aconteceram manobras de todo o tipo. Desde uma assembléia fracassada para destituir a comissão eleitoral (eleita em uma assembléia representativa e coordenando todo o processo), até o uso descarado da máquina do sindicato para fazer campanha.

Mas a maratona de tentativas de vencer as eleições no tapetão não deram resultado. A oposição venceu nos dois turnos, com expressiva margem de diferença. Venceu quem tinha as melhores propostas e o compromisso com a categoria.

Vitória é fruto de trabalho intenso

A vitória da Corrente Sindical Classista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro não aconteceu por acaso. Foi o resultado de um grande trabalho, que começou em 1982.

O presidente eleito do Sindicato, Luis Chaves, iniciou no movimento há 14 anos, começando aí uma longa trajetória, sempre com a perspectiva de fortalecer a participação e a atuação dos comunistas entre os metalúrgicos.

"Em 87 ocupamos a secretaria geral do Sindicato e construímos a Garra Metalúrgica, com vários militantes do PCdoB, do PT, do PDT

e pessoas sem partido, sempre traçando um projeto para o futuro, para crescer e conseguir a hegemonia no Sindicato. Sabíamos que só conseguiríamos implementar nossa política classista a partir do momento em que atingíssemos esse objetivo. Isto há dez anos", lembra Luis Chaves.

Desde então, foi implementada uma política de conquista de espaços, aumento da influência e contestação do projeto da Articulação, começando a diferenciação de política.

Em 93, a Garra Metalúrgica entrou na diretoria do Sindicato, com quase metade dos membros. Mas a hegemonia

política era da Articulação. "Foi o que nos deu possibilidade de chegar onde chegamos. Nossa diferenciação com a Articulação se deu desde a posse, pedindo auditoria no Sindicato, batendo de frente com a política de conciliação implementada por eles, mas sobretudo apostando no trabalho de base, na eleição de comissões de fábrica, de Cipas, visitando as fábricas, valorizando o trabalho direto com o metalúrgico. Sem uma forte atuação de base, se ficassemos presos na máquina sindical, no trabalho burocrático, não poderíamos dirigir hoje o sindicato. Foram atuantes, assinamos vários acordos

benéficos para a categoria, em contraposição aos acordos desastrosos assinados pela Articulação", explica Maurício Ramos, do Comitê Metalúrgico do PCdoB do Rio.

Outro diferenciador foi o jornal da Garra Metalúrgica, que divulgou as propostas diferenciadas da Corrente Sindical Classista. Em pesquisa realizada na categoria, pelo Ipas, o jornal da Garra Metalúrgica se mostrou tão conhecido quanto o jornal oficial do Sindicato. O trabalho de divulgação das idéias da CSC.

“A categoria é oposição a Fernando Henrique”

Luís Chaves, 32 anos, é o novo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Encabeçando a chapa da oposição, em uma eleição conturbada, contra a Articulação Sindical, Chaves falou ‘A Classe Operária sobre os planos para o sindicato e avaliou as perspectivas da Corrente Sindical Classista daqui para frente

Por Luciana Bento

Classe - *O que significa, para o movimento sindical nacional, a vitória da Corrente Sindical Classista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro?*

Chaves - Em uma eleição como esta, muita coisa entra em jogo. Aqui, estavam em disputa duas concepções distintas: de um lado, a defesa da flexibilização dos direitos, da parceria com o empresariado, do apoio às reformas antipopulares. Do outro lado, a luta, a defesa do sindicalismo classista, contestador, contra a conciliação e a política neoliberal.

O nosso sindicato é o terceiro maior da América Latina. Uma entidade deste porte pode interferir no rumo do movimento sindical brasileiro. Na CUT, o campo de esquerda poderá ter uma participação mais firme, mais presente. Esta mudança, inclusive, já está se expressando. O próprio Vicentinho, nas reuniões da Executiva da CUT, está modificando o seu discurso em relação aos companheiros da CSC. A mudança no tratamento se dá porque eles sabem que vencemos em um sindicato importante.

Classe - *Com a entrada dos comunistas, o que vai mudar na direção do sindicato?*

Chaves - Temos muito o que fazer. O sindicato totalmente liquidado pela gestão anterior, da Articulação. A categoria está perdendo várias conquistas, como a carteira assinada, o pagamento das horas extras em dinheiro e não em folgas, 13º salário,

adicional de férias. Crescem os contratos temporários, as demissões sem indenização.

A Articulação permitiu que os empresários avançassem nesta política degradante para a categoria. Teremos que reconquistar direitos históricos, reconstruir nossa entidade, fazer uma gestão transparente. Neste trabalho, estaremos contando sempre com a participação dos nossos aliados, que compõem a diretoria conosco.

Vamos tratar de produzir uma administração que funcione, porque a gestão passada foi marcada por uma profunda incompetência na administração da entidade.

Temos que reconquistar a representatividade do sindicato, a luta por melhores salários, pelo emprego, resgatar a história da entidade. Vamos fazer uma política de valorização dos aposentados que, nas últimas três gestões, foram alijados do sindicato e com quem todos nós temos muito o que aprender. Outro investimento prioritário é no Colégio Metalúrgico, que é a escola técnica mais antiga do país.

Classe - *Qual a diferença de concepção de ensino do Colégio Metalúrgico e das demais escolas técnicas?*

Chaves - Aqui, mostramos as diferenças entre o capital e o trabalho. O aluno sai do Colégio sabendo que está produzindo, mas que está sendo explorado. Ele não vai para a produção com a ilusão de que o patrão é bonzinho, que ele vai subir na vida. Ele sai sabendo que tem que se



sindicalizar, participar das greves, das lutas.

Outra grande diferença é que nossos alunos têm um ensino de qualidade, que não se encontra em nenhum outro colégio. Ele sabe que o Colégio Metalúrgico foi construído com o seu dinheiro, com o suor do seu pai, que os professores são comprometidos com a qualidade do ensino, têm sentimento de classe.

O Colégio ficou esquecido na última gestão. Precisa de investimento, de reformas e nós faremos isto. Vamos investir na educação, na formação profissional da categoria, mesmo porque vivemos, hoje, profundas transformações no mundo do trabalho: a terceirização, as novas tecnologias, a robotização. Nossos companheiros que estão na produção precisam, mais do que ninguém, entender o que está acontecendo.

Classe - *O número de sindicalizados, em relação à base metalúrgica do Rio é pequeno. Como reverter este quadro?*

Chaves - Hoje temos uma base de 65 mil metalúrgicos e apenas 12 mil associados. É um número muito pequeno. Um dos pontos altos deste mandato será a sindicalização. Queremos chegar ao final do mandato com uma base de 50 mil sócios.

Classe - *A Articulação Sindical foi a força hegemônica em duas gestões e deixou o Sindicato dos Metalúrgicos nesta situação. Como você analisa a política desta corrente?*

Chaves - Penso que o projeto da Articulação está se esgotando, ela já cumpriu o seu papel, que deu certo no surgimento da CUT, com propostas concretas de combate ao capitalismo, à miséria, ao desemprego, no caminho de um País melhor.

No caso do nosso Sindicato, acho que a Articulação perdeu porque suas propostas não são de defesa real dos direitos dos trabalhadores. Ela faz uma política de parceria com os patrões, flexibilização dos direitos, criação de cooperativas de mão-de-obra, não dá importância aos

problemas da saúde do trabalhador.

As propostas da Articulação perderam a perspectiva de classe, ficaram muito ligadas ao empresariado. A categoria metalúrgica não aceita vacilações, ela quer seus dirigentes numa posição firme contra a exploração, contra a perda dos seus direitos. Foi por isso que ela perdeu o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio.

Mas esta não é uma postura localizada. A Articulação perdeu os sindicatos dos metalúrgicos de Campinas e da Bahia, não conseguiu vencer os bancários da Bahia, onde tinham as mesmas propostas; podem perder a direção dos metalúrgicos de Angra dos Reis (RJ). A derrota deste projeto de conciliação, de capitulação, é nacional.

Classe - *Um dos pontos da campanha foi contra as cooperativas de mão-de-obra, incentivadas pelo ex-presidente do Sindicato. Gostaria que você explicasse melhor o que elas significam.*

Chaves - Nesta proposta, os trabalhadores levam a pior. É a terceirização da mão-de-obra, com o fim de todos os direitos assegurados pela CLT: carteira assinada, Fundo de Garantia, adicional de férias, hora-extra, 13º salário, abono de férias, aposentadoria. Além de criar um ilusão salarial, porque como o patrão não tem nenhuma obrigação social, ele pode dar um salário um pouco maior. Mas com a implementação de mais cooperativas a tendência é isto acabar.

Classe - *Você esteve em inúmeras fábricas, conversando com os trabalhadores, fazendo oposição ao governo Fernando Henrique. Quais as suas impressões sobre a disposição de luta da classe operária do Rio de Janeiro?*

Chaves - Em meu discurso procurei transmitir o sentimento dos metalúrgicos, que não aguentam mais viver com um salário ridículo, com o risco permanente de demissão e péssimas condições de trabalho. A categoria é oposição a Fernando Henrique. Nossa campanha foi de oposição profunda ao projeto neoliberal, num momento em que o Ministro do Trabalho anuncia grandes mudanças na legislação trabalhista.

O nosso discurso foi contra a política de conciliação e entrega dos direitos. A diretoria eleita é aguerrida, com sangue novo e acredito que a categoria responderá ao nosso chamado de luta. O que perdeu no Sindicato dos Metalúrgicos foi o documento de luta. O que ganhou foi o novo avanço e não vamos abrir mão das bandeiras que defendemos em nossa campanha.

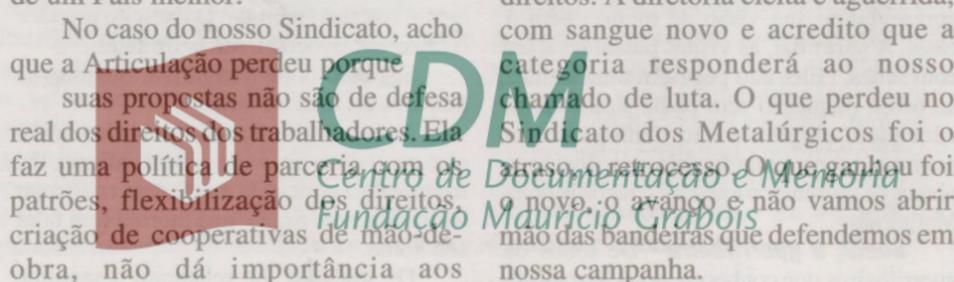
Sindicato é um dos mais antigos do País

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro é o sindicato operário mais antigo do Brasil. Foi fundado em 1º de maio de 1917, ano da Revolução Russa, e tem uma história rica e antiga.

“O Sindicato tem uma história que ninguém conhece. Vamos resgatá-la, homenagear figuras importantes como Benedito Cerqueira João de

Deus, companheiro comunista que faleceu recentemente”, esclarece Chaves.

A nova diretoria vai investir no resgate histórico do Sindicato, recuperando os livros, as fotografias e os documentos que hoje se encontram perdidos ou mal conservados e criando um Centro de Memória Metalúrgica na sede do sindicato.



Sonia, a guerrilheira que atirou no major Curió



A decisão do Governo Federal em indenizar as famílias dos desaparecidos políticos no regime militar e a criação de uma comissão para pesquisar e levantar dados sobre esse período, tem estimulado o surgimento de informações fundamentais para a compreensão daquele período. Sobre a Guerrilha do Araguaia, por exemplo, pessoas humildes que antes tinham medo de contar o que sabiam, começam a revelar detalhes importantes e preciosos. Como o casal Antonio Félix da Silva e Margarida Ferreira Félix, residentes em São Domingos do Araguaia.

Dona Margarida conta detalhes da vida e morte de Sonia e outros guerrilheiros, que marcaram sua vida. Sonia, que chegou a receber um elogio por sua bravura, do Major Curió, o algoz que a matou e que por ela foi baleado. Seu Antonio não esquece do dia em que um helicóptero do exército capturou com vida, os últimos três guerrilheiros na região: Valdir, Beto e Antonio foram presos e transportados no dia 21 de abril de 1974, ironicamente, o Dia de Tiradentes.

Preparação - Em 1972 os militantes do PCdoB destacados para preparar a guerrilha na região do Araguaia transitavam quase livremente pelas cidades da região, como São Domingos. Alguns se tornaram célebres, por sua coragem, generosidade e mesmo beleza física, como a guerrilheira de codinome Cristina, que dona Margarida chamava de "A flor da mata" e os homens sonhavam em ter como esposa.

O contato com a população era diário. No início, os militantes do PCdoB, na maioria médicos, universitários ou pessoas com outra formação superior, prestavam serviços à comunidade. "Eles não mediam esforços. A Sonia, por exemplo, andava três a quatro léguas a pé, de noite, para atender uma pessoa pobre dentro da mata", afirma dona Margarida, lembrando ainda que a guerrilheira-médica atuava como oculista, pediatra e clínica geral.

Antonio e Margarida Félix chegaram à região no dia 16 de julho de 1972, vindos de Axixá de Goiás, hoje estado do Tocantins. Se instalaram no município de São Domingos, na localidade conhecida como São José (lote água boa). O Exército já havia sido derrotado nas primeiras batalhas e a guerrilha já tinha suas baixas, entre elas uma guerrilheira de codinome Fátima.

Primeiro contato - O casal Félix só veio a manter contato com os guerrilheiros em janeiro de 1973. Após pesquisarem sobre a vida do casal recém chegado à região, os combatentes descobriram que Nelito, um dos seus integrantes, conhecia o casal de Augustinópolis, onde o guerrilheiro era farmacêutico e presidente de um time de futebol. Consta que ao receber, via carta, a convocação para se incorporar à guerrilha, Nelito largou uma partida do seu time, desfez-se dos remédios da farmácia distribuindo-os aos pobres e armou-se de um revólver 38, deslocando-se para o Araguaia. Saiu dizendo que iria para Santarém.

Numa noite de janeiro, chegaram à casa dos Félix os guerrilheiros Sonia (segundo dona Margarida parecia ser a "chefe" do grupo), Rosinha, Nelito, Zé Bão, Barba de Ouro, Valdir, Beto, Antonio, Orlandino, Piauí e Dadinha. A conversa rolou até às 5 da manhã, com os guerrilheiros lendo livros e apresentando sua visão de mundo para o casal. A partir daí, as visitas passaram a ser constantes. "Eles não pegavam uma banana na nossa plantação sem pedir. Eram muito educados, alegres e não demonstravam nenhum medo quando falavam dos seus planos de enfrentar o exército", recorda dona Margarida.

Sonia, a guerrilheira - De todos os guerrilheiros que conheceu, dona Margarida

não esconde a simpatia por Sonia. "Sonia era sabida. Dela eu conto tudo, pois fiquei com muita raiva da sua morte. Ela era muito boa", fala, com os olhos marejados.

Dona Margarida não esquece que Sonia diagnosticou sua gravidez com apenas vinte dias. "Depois, quando eu estava com dois meses de grávida, ela apalpou minha barriga e disse que ia ganhar um menino", afirma, lembrando a sua figura: "ela era alta, de cabeça pequena, tinha obturações de ouro na boca, fumava muito, só usava calça, uma espingarda, um revólver, uma bússola, uma mochila e uma faca grande da ponta fina, que ela usava para tirar espinho dos pés dos seus companheiros".

Segundo dona Margarida, Sonia devia ser carioca, pois falava muito da Praia de Copacabana. "Quando eu perguntava se ela ia matar os soldados, ela dizia que não e respondia: "Soldado é cachorro do governo. Só atiro em quem tiver galão", relembra.

A emboscada - Dona Margarida recorda do último encontro que teve com os guerrilheiros, no meio do mato, quando voltava de uma quebra de coco babaçu. Sua barriga já estava pelos nove meses de gravidez. No encontro, travou um rápido diálogo com Sonia e Orlandino. A guerrilheira colocou o ouvido na sua barriga e disse: "A criança está soluçando dona Margarida, mas eu acho que não vou poder fazer o parto, pois o cerco está se fechando contra a gente".

No dia 10 de outubro de 1973 nasceu Antonio Félix, filho do casal. Em meados de outubro, dona Margarida não se recorda o dia exato, Sonia foi metralhada e morta na Grotta da Borracheira, onde tinha marcado um encontro com um jovem camponês que estava tentando recrutar. O Exército prendeu o rapaz e provocou o encontro fatal.

Segundo dona Margarida, ouviram-se disparos no final da tarde.

No dia seguinte, nove soldados, entre eles um índio e um venezuelano, afirma, lhe trouxeram a notícia da morte para confirmar a identidade de Sonia, que morreu sem falar seu nome.

Os soldados lhe relataram a seguinte

cena: Sonia foi emboscada e metralhada nas pernas e costas. Quando lhe deram voz de prisão e pediram para colocar as mãos na cabeça, ela levou a mão esquerda para cima e a direita puxou o revólver 38, que efetuou dois disparos, um atingiu a face do major Curió e outro o braço de um chamado dr. Ivan. Em seguida, ao ouvir gemidos, sorriu e disse: "Uau, tem gente ferida aí..."

Dominada, ainda respondeu duas perguntas. Na primeira, ao perguntarem seu nome, teria afirmado: "guerrilheira não tem nome" e na segunda, a razão de sua luta: "estou atrás da liberdade e de um mundo melhor". Segundo os soldados relataram a dona Margarida, Sonia foi metralhada e morreu sorrindo, sem dar gemido.

O corpo de Sonia não foi enterrado. "A gente não podia revelar o que sentia. Depois de ouvir o que os soldados

contaram, fui para o quarto e chorei muito. Seis meses depois, meu irmão passou por lá e estavam os ossos e os cabelos de Sonia. Ele ainda pegou um isqueiro dela. Com o tempo, as queimadas devem ter dado fim nos ossos", afirma dona Margarida.

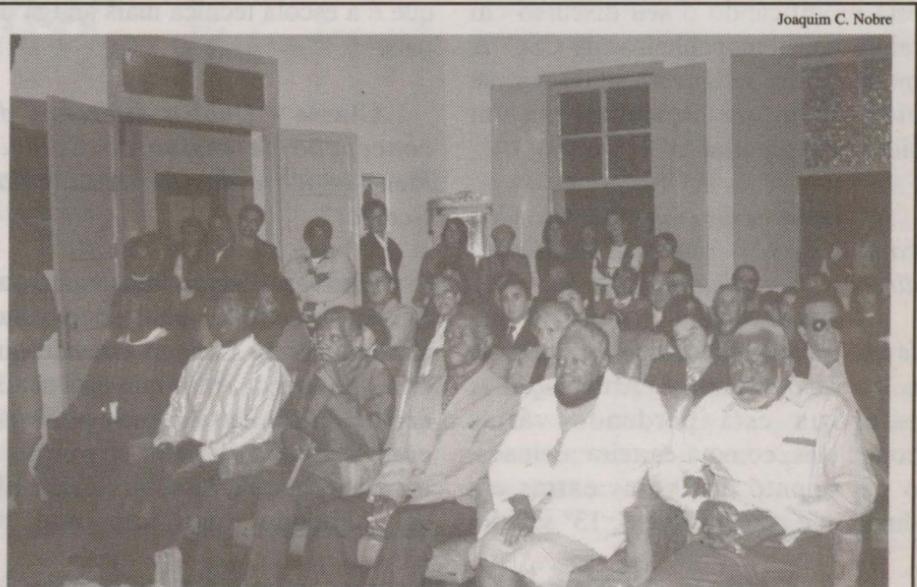
Últimos combatentes - Seu Tota, que

passou toda a entrevista observando, não se conteve ao final da conversa: "servi como guia do Exército, não podíamos falar nada, nem pras nossas esposas. Eu vi quando pegaram o Valdir, o Beto e o Antonio e levaram embora num helicóptero. Eles estavam vivos e o Valdir com "lexo" (ferida em estado grave) na perna, que não podia nem andar. Mesmo assim ele ouvia uma música num rádio que tocava e alegre batucava com a perna, mesmo sabendo que ia morrer. Foi no dia 21 de abril de 74", recorda em voz baixa.

O ex-guia lembra que perdeu tudo o que tinha, 150 alqueires de terras e plantações, "que foram queimadas". Ele e sua esposa resolveram falar agora por causa do incentivo do governo federal para indenizar as famílias dos desaparecidos e investigar o que aconteceu. "É a melhor maneira de pôr um fim nessa história. Esclarecendo tudo e confortando as famílias", analisa seu Tota.

Última recordação - Numa noite, dona Margarida pediu a Sonia um remédio para curar uma doença nos olhos do seu cunhado. A guerrilheira receitou um, mas ressaltou: "só o exército possui esse remédio e ele é o único que pode curar o seu cunhado". Sonia escreveu o nome num pedaço de papel: "Agirol Coliric". Dona Margarida guardou.

Cerca de seis meses depois da morte da guerrilheira, no dia em que os soldados se retiraram do lugar, após dizimar a guerrilha, o helicóptero estava preparando para levantar voo e o capitão médico veio se despedir. Dona Margarida falou da doença nos olhos do cunhado e perguntou se o médico tinha algum remédio para tratá-los. Ele abriu sua mochila e lhe deu o remédio receitado por Sonia. Dona Margarida pegou o frasco e foi correndo para o quarto chorar. (João Salame Neto. *Materia publicada no semanário Opinião, de Marabá, Pará*)



Familiares de Osvaldão presentes à homenagem

Homenagem aos guerrilheiros

A Câmara Municipal de Passa Quatro, sul de Minas Gerais prestou uma homenagem póstuma a dois filhos da cidade, assassinados durante a ditadura militar. Orlando Osvaldo Costa (Osvaldão), guerrilheiro do Araguaia, e Ivan Mota Dias, da ALN. A sessão foi realizada no dia 5 de julho.

Cerca de cem pessoas compareceram ao ato, entre elas o deputado estadual Nivaldo Santana (PCdoB/SP), que representou o presidente nacional do partido João Amazonas; José Dirceu, presidente

nacional do PT, o deputado federal Nilmário Miranda (PT/MG), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal; o prefeito de Passa Quatro, Paulo Egídio; e familiares dois dois homenageados.

A sessão foi presidida pelo vereador Carlos Guedes, presidente da Câmara.

As intervenções destacaram o importante papel desempenhado pelos homenageados na luta pela democracia e pela justiça social.

Joaquim C. Nobre

Vietnam, um tigre vermelho?

O 8º Congresso do Partido Congresso do Partido Comunista do Vietnam, a que teve a honra de assistir como representante do Partido Comunista do Brasil, encerrou seus trabalhos no início de julho, em Hanói, comemorando uma grande conquista: o partido dirige a segunda economia que mais cresce na Ásia (9,5% em 1995), logo depois da China, por sinal, outro país que persiste no caminho socialista.

Os vietnamitas empenham-se, hoje, em reconstruir sua pátria devastada por três guerras sucessivas de agressão, movidas pelo Japão, pela França e pelos Estados Unidos. A resistência heróica e prolongada do povo vietnamita terminou com a derrota americana em 1975 e a reunificação nacional em 1976.

O país enfrentou uma grave crise econômica e social no final dos anos 70 e começo dos 80, em parte por causa das dificuldades herdadas do período das guerras e, em parte, pela aplicação mecânica de modelos de construção do socialismo, conforme reconheceu o Partido Comunista em 1986, no 6º Congresso, iniciando um movimento de retificação, aprofundado após a derrocada do socialismo no Leste europeu e na União Soviética.

O modelo de forte centralização burocrática foi substituído por uma orientação mais flexível que, preservando a direção do Partido Comunista, a hegemonia do setor socialista da economia e os planos quinquenais, adotou mecanismos de mercado e promoveu uma abertura controlada a investimentos privados, principalmente estrangeiros.

Apesar do bloqueio norte-americano, mantido até recentemente, o Vietnam

Vi nhân dân phục vụ!

Quân đội nhân dân

NAM THỰC HON BAY ★ S6 12621
THỨ SÁU 5-7-1996

Thắng lợi của Việt Nam chứng minh tính thời đại, tính tất yếu và sức sống của CNXH trong thời đại ngày nay
(Trích phát biểu của đồng chí A.RÊ-BEN-LÔ, Trưởng đoàn Đảng Cộng sản Bra-xin)

ĐẢNG Cộng sản Bra-xin quan tâm theo dõi sát những diễn biến chính trị, kinh tế và xã hội Việt Nam. Tham dự Đại hội VIII của những người cộng sản Việt Nam, chúng tôi vui mừng trước những thắng lợi to lớn mà những người lao động Việt Nam đã đạt được dưới sự lãnh đạo của Đảng Cộng sản Việt Nam. Được chứng kiến những bước đi nhanh chóng nhằm phát triển kinh tế và biến đổi xã hội Việt Nam là sự có vũ khí với Đảng Cộng sản Bra-xin và nhân dân Bra-xin. Điều đó chứng minh tính thời đại, tính tất yếu và sức sống của chủ nghĩa xã hội trong thời đại ngày nay.

Đu ka cách nrao về địa lý, nhân dân Bra-xin và nhân dân Việt Nam luôn là những người anh em trong cuộc đấu tranh vì những lý tưởng cao cả là dân chủ, độc lập và tiến bộ xã hội.

Cuộc đấu tranh anh hùng của nhân dân Việt Nam chống lại chủ nghĩa đế quốc Mỹ đã có và những người cộng sản Bra-xin trong cuộc đấu tranh vì tự do trên đất nước mình. Những nỗ lực để xây dựng chủ nghĩa xã hội, an dân, sáng tạo chủ nghĩa Mác-Lê-nin và thực hiện di huấn của Chủ tịch Hồ Chí Minh tạo nên một quan hệ gắn bó giữa hai Đảng và nhân dân hai nước chúng ta.



Aldo Rebelo em jornal de Hanói

estabeleceu relações diplomáticas com, aproximadamente, 160 países e relações comerciais com cerca de 100 países, recebendo de, pelo menos 50 deles, algum tipo de investimento.

O acelerado ritmo de crescimento entre 1991 e 1995 (taxas médias anuais de 8,2% na produção global, de 13,5% na indústria, de 17% nas exportações e de 27% na produção de alimentos) tornou o país capaz de garantir o abastecimento alimentar de sua população de 70 milhões de habitantes e ainda exportar excedentes de arroz, inclusive para o Brasil.

Os avanços sociais também foram significativos, a ponto de a Unicef, organismo das Nações Unidas voltado para a infância, colocar o Vietnam em segundo lugar numa lista de países que adotaram programas eficientes de proteção às suas crianças. A parcela de famílias

abaixo da linha de pobreza caiu de 55% em 1989 para 20% em 1993.

Os dirigentes vietnamitas reafirmam sua fidelidade ao marxismo-leninismo e aos ensinamentos do fundador do partido e primeiro presidente da República, Ho Chi Min, o construtor da unidade nacional e dos sólidos laços internacionalistas com os povos da região e de todo o mundo.

No Congresso de Hanói, pude ouvir, além dos pronunciamentos dos partidos comunistas de vários países, o comovente discurso da representação do Partido Social-Democrata da Suécia, que evocou o assassinato do ex-primeiro ministro sueco Olaf Palme e sua posição de crítica

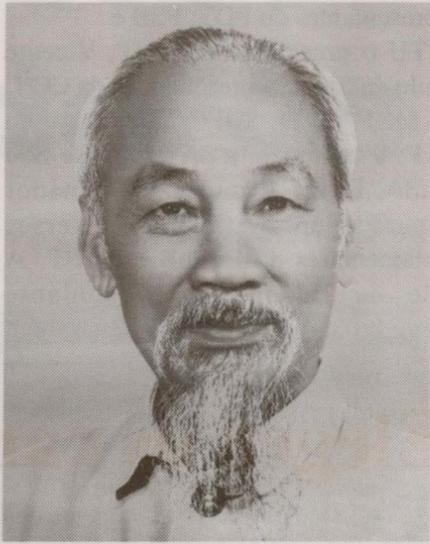
à agressão norte-americana.

Os meios diplomáticos de Hanói prevêem que o Vietnam emergirá nos próximos dez anos como uma nova potência econômica na Ásia. A julgar pelas convicções manifestadas por dirigentes e militantes na tribuna do Congresso e pela conhecida disposição de luta e trabalho da nação indochinesa, essas previsões se realizarão para a merecida alegria de um dos povos mais resolutos e mais sacrificados da história contemporânea. (Aldo Rebelo, deputado federal, representou o PCdoB no 8º Congresso do Partido Comunista do Vietnam)

Ho Chi Minh, líder vietmanita

Ho Chi Minh foi um dos pseudônimos adotados por Ho durante sua vida de revolucionário. Por nascimento, chamava-se Nguyen Sinh Thanh (Ho não escreveu seu diário o tempo todo, ficando longos períodos na penumbra). Ele nasceu na província de Nghe An, em 19 de maio de 1890, de uma família pobre. Seu pai era um professor primário que se destacou no combate aos colonialistas franceses. Em 1911 Ho foi para Saigon e de lá seguiu por navio em um viagem de três anos pelo mundo, percorrendo a França, Inglaterra, América do Norte, o Brasil e o Norte da África. Em Paris, entrou em contato com a literatura comunista, através do jornal L'Humanité e assumiu a condição de comunista, participando da fundação do Partido Comunista da França. Foi depois para a China, onde iniciou a organização do movimento comunista vietnamita. Em 1930, Ho

e seus companheiros fundaram o Partido Comunista da Indochina, que depois se converteu em Partido Comunista do Vietnam.



Eleição na Rússia mantém o caos

Atentados em Moscou, um presidente doente e o recrudescimento da guerra na Chechenia são alguns fatos dignos de nota que rodam pela Rússia após a reeleição de Boris Yeltsin no último dia 3 de julho. Aquele não foi um pleito qualquer. Através dele, o fantasma do comunismo voltou a rondar aquele país e o mundo, menos de cinco anos após o malogro da tentativa de golpe contra Gorbachev (08/91) e a dissolução da União Soviética (12/91). Esses episódios consumaram a restauração do poder da burguesia e pareciam justificar que tal classe, ali e noutras bandas, se deixasse embalar por dourados sonhos de eternidade e fim da história.

Os líderes das potências capitalistas ficaram alarmados com as intenções de voto captadas pelas pesquisas antes da realização do primeiro turno (que redundou num virtual empate). Uniram-se numa só vontade contra o candidato do Partido Comunista, Guenadi Ziuganov. E moveram mundos e fundos. Bill Clinton, dos EUA e Kohl, da Alemanha, enviaram mensagens pessoais de apoio a Yeltsin. Promoveram reunião do G-7 em Moscou, com o presidente russo na condição de convidado especial, e determinaram que o FMI lhe concedesse empréstimo de 10 bilhões de dólares. Também planejaram e executaram, com as últimas novidades do marketing e os mais competentes profissionais do ramo, detalhe por detalhe da campanha eleitoral.

Com tanto "respaldo", os meios de comunicação (públicos e privados) sob

absoluto controle, indícios de fraudes, ameaças de golpe e guerra civil, além de truques "geniais", não é de estranhar a reeleição de Yeltsin. Entre as velhacarias de campanha, destaca-se o "cessar fogo" com a Chechênia (que rendeu a Yeltsin 65% dos votos da região antes do segundo turno) e um acordo secreto fechado em abril deste ano (e só revelado depois de abertas as urnas) com o general Lebeb, que sob a direção de marqueteiros norte-americanos e com generoso espaço na televisão protagonizou o papel de "terceira via" para desviar votos opositores.

Hoje, com o Kremlin envolto em conspirações e luta de bastidores entre o primeiro-ministro Vitor Cheronirdin e o novo secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional Ledeb, os fatos estão a mostrar que o resultado da eleição, contrariando as esperanças dos apologistas a serviço da burguesia, não tende a criar um quadro de estabilidade política e consolidação de poder na Rússia. Aguardemos, porém, os desdobramentos da história.

Ninguém pode negar que a polarização política é sintomática da grave e crônica crise que acompanha o processo de restauração capitalista naquele país, em combinação com as crescentes dificuldades do sistema em nível mundial. A instabilidade e sucessão de "fracassos" que se verificam no rastro do projeto que ali vem sendo imposto nos últimos anos parecem ter duas causas fundamentais.

Ressalta, em primeiro plano, a

característica da própria burguesia russa. Não há exagero de linguagem, neste caso, quando se fala numa classe mafiosa.

Bem ou mal, a burguesia deixou de existir enquanto classe social durante o regime socialista. O projeto de restauração da chamada "economia de mercado", quando amadureceram as condições para sua implementação (com a "perestroika"), foi tocado num ambiente um tanto impróprio, sem tradição de iniciativa privada, sem agentes adequados.

Sem um histórico de acumulação de capital, a atual burguesia russa recrutou seus quadros entre os aventureiros do mercado negro e a carcomida burocracia do Estado soviético. O processo de privatização do gigantesco patrimônio público (estatal), no "maior negócio do século" conforme alguns observadores, decidido muitas vezes a bala, transformou-se numa partilha de empresas entre mafiosos. Já em novembro de 1993, Yeltsin foi forçado a congelar o plano de privatização das lojas em várias cidades do país até que grupos mafiosos decidissem, entre si, a distribuição de empresas e poder pelas diferentes regiões.

Ao lado desses fatos, que revelam uma burguesia débil e certamente sem grande moral entre o povo russo, conta a circunstância em que se desenrola a transição para a economia capitalista. Não se pode entender a crise da Rússia isolada do contexto de desenvolvimento e decadência que caracterizam a atual fase de desenvolvimento do imperialismo.

O sistema já não mais vive uma era de

ouro, como nas primeiras décadas do pós-guerra até meados dos anos 70, de relativa prosperidade, momentos de pleno emprego, expressivo crescimento econômico, melhoria do padrão médio de vida e expansão do chamado Estado de Bem Estar Social, época que, badalada e mitificada pela mídia, teve considerável influência ideológica contra o "socialismo real".

O sistema capitalista, entretanto, já não oferece uma perspectiva progressista. Substituiu a tendência à expansão dos direitos e conquistas sociais pela ofensiva contra o Estado de Bem Estar Social; no lugar do pleno emprego, provoca desemprego em massa; em vez de padrão de vida crescente, queda dos salários e desmanche dos serviços públicos.

Esses dois fatores (a natureza de sua burguesia e a crise do sistema imperialista) explicam o colapso da economia russa (traduzidas em queda próxima de 50% do PIB) e as tragédias da transição capitalista. Ao lado de tudo isto, as contradições de caráter nacional (ampliação da OTAN, estratégia das potências ocidentais e guerras intestinas) jogam relevante papel na determinação dos rumos da Rússia.

A força dos 30 milhões de votos nos comunistas, numa época em que se diz aos quatro ventos que o comunismo acabou, é um alento que permite renovar as esperanças. Este futuro depende dessa força, que se articula e se fortalece no Parlamento e junto ao povo. (Umberto Martins)

Congresso relança a UJS

Cerca de 800 jovens participaram do 8º Congresso da União da Juventude Socialista (UJS), que aconteceu em São Paulo, entre os dias 12 e 14 de julho. Este Congresso marcou o relançamento da UJS. A abertura do encontro, realizada na sexta-feira à tarde, na Casa de Portugal, deu uma dimensão do papel da entidade na cena política brasileira, pois conseguiu reunir um amplo espectro de forças políticas e personalidades, que se pronunciaram saudando a participação da juventude e criticando a implementação da política neoliberal no Brasil.

Estiveram presentes ao ato o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas; o presidente nacional do PMDB, Paes de Andrade; Waldir Pires; representantes do PDT, PSB e PSTU o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva; representantes da CGT, do MST, OAB, SBPC, de Cuba e da OLP; a candidata a prefeitura de São Paulo, Luiza Erundina; o senador Eduardo Suplicy (PT-SP); diversos parlamentares do PCdoB e do PT. A mãe de Edson Luis, estudante secundarista morto em 1968 também



Foto: Odair Rodrigues

UJS vai divulgar as idéias socialistas

participou da solenidade.

Após a abertura foram realizadas atividades culturais, uma apresentação de dança com Áurea Figueiredo e Augusto Domingos (Guto), Wanderlei de Oliveira e Alessandra Freire, do Balé Metropolitano de São Paulo; e um show com o cantor Vicente Barreto.

Os três dias do Congresso foram

marcados pelo debate que resultou no lançamento de uma campanha de Emprego para a Juventude, na definição de uma plataforma juvenil para as eleições desse ano e na aprovação de mudanças no Estatuto da entidade.

A UJS aprovou um documento base para o seu Manifesto Socialista, que será a carta de apresentação da organização

a toda a juventude brasileira.

A solidariedade internacional mereceu destaque. O Congresso aprovou que "a UJS deve ser ativa na solidariedade a todos os movimentos juvenis e povos em luta por direitos para a juventude, por democracia, soberania nacional e pelo socialismo. Realizar ações de intercâmbio e cooperação com esses movimentos e organizações, principalmente da América Latina. Declarar seu apoio às nações socialistas, destacadamente Cuba. Despertar, através da propaganda, e de atividades, a consciência antiimperialista e internacionalista entre os jovens brasileiros." A UJS está em processo de filiação à Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD).

O Congresso elegeu a nova direção da UJS, composta por 30 pessoas e que tem como presidente o ex-presidente da UNE, deputado federal Lindberg Farias (PCdoB/RJ). Fazem parte também da direção o deputado federal Ricardo Gomyde, os presidentes da UNE e da Ubes, Orlando Silva e Kerison Lopes; e Ricardo Abreu de Mello (Alemão), entre outros.

Eleger os candidatos apoiados pela UJS

A UJS vai participar ativamente das eleições municipais deste ano, apoiando candidatos a prefeito e a vereadores.

Segundo a entidade, "a resistência ao neoliberalismo no Brasil exige uma combativa e criativa participação dos jovens na campanha eleitoral e uma luta sem trégua contra a reeleição".

Diz a resolução: "Precisamos mobilizar e levantar a galera para ganhar o voto para eleger os candidatos da oposição popular e progressista, fazendo uma campanha de jovens e para jovens. Devemos apoiar, em cada município, a candidatura e frente majoritária do campo democrático, popular e progressista capaz de derrotar o candidato de FHC e as forças políticas conservadoras locais. Montar Comitê de Juventude do candidato(a) à prefeitura com sede própria, em conjunto com as demais organizações juvenis da frente. Em algumas cidades fazer do candidato de FHC nosso inimigo principal. Em São Paulo, desenvolver uma campanha anti-Serra."



Lindberg Farias eleito presidente

Será realizado um grande esforço para a eleição de Luiza Erundina à prefeitura da cidade de São Paulo.

A UJS decidiu apoiar os candidatos a vereador que tenham compromisso com sua política e reivindicações e que contribuam para fortalecer a corrente socialista na juventude. E transformar

cada núcleo da UJS, até o dia 3 de outubro, em um Comitê de Juventude da candidatura proporcional.

Entre as prioridades definidas pelo Congresso estão a eleição de Fernando Gusmão (ex-presidente da UNE) e Joel Benin (ex-presidente da UBES), às câmaras municipais do Rio de Janeiro e de Curitiba, respectivamente. Os dois fazem parte da direção nacional da UJS.

Diante do agravamento da crise, a renovação dos governos municipais abre espaço para que sejam exigidos dos novos governantes, compromissos efetivos com políticas para juventude.

Com o objetivo de relacionar as principais necessidades da juventude nas diversas áreas e armar a UJS e todo o movimento juvenil para a conquista de melhores condições de vida, foi elaborada uma plataforma que defende propostas de trabalho, educação, políticas juvenis, cultura, saúde, esporte e meio ambiente.

Essa plataforma será apresentada a todos os candidatos apoiados pela UJS.

Manifesto Socialista

O documento base para o Manifesto Socialista aprovado no 8º Congresso da UJS, afirma: "Sabemos que, sob o capitalismo, não temos espaço ou perspectivas. Queremos construir uma nova sociedade, onde nossos direitos sejam respeitados. Precisamos construir uma alternativa de futuro diferente. Uma sociedade que supere a avareza e a mesquinhez do capitalismo. Construir um novo Brasil, socialista. Uma sociedade onde o bem-estar do homem seja fundamental. Onde o individualismo e o egoísmo que hoje predominam sejam substituídos pela valorização do bem comum, respeitando as individualidades." (...)

"Sim, nós queremos o socialismo. Para alcançá-lo, vamos precisar de muita luta. Ele nasce de uma transformação revolucionária. A sua construção é o novo substituindo o velho, e isso não se dá tranquilamente. Por isso, preferimos enfrentar a luta a permanecer nessa vida caduca que nos maltrata. (...)

"Busquemos o novo. Vamos participar da aventura de construir uma vida diferente para o Brasil e para a humanidade. Venha para a União da Juventude Socialista, Documentação e Educação. Venha desacatar esse passado que tenta se perpetuar. Venha lutar por outro futuro".

UJS entra em nova fase

A UJS entra em uma nova fase a partir desse 8º Congresso Nacional. Após o relançamento, é hora de reorganizar a UJS. Segundo Ricardo Abreu, o Alemão, é preciso formar uma nova consciência política, da divulgação de uma ideologia revolucionária e socialista.

"Nessa nova fase da UJS, é

fundamental multiplicar o trabalho de propaganda do socialismo e desenvolver uma ampla e criativa atividade de formação ideológica, teórica e política para os filiados e simpatizante", afirma.

A UJS deve ser relançada nos estados como um movimento permanente, promover grandes atividades, fazer mobilizações

próprias, além de participar das lutas estudantis, onde deve ampliar a sua influência e direção.

Além da atuação no movimento estudantil, há a deliberação de ampliar o trabalho para os bairros, as cidades do interior, os jovens trabalhadores e a jovem intelectualidade. Este é o desafio da UJS.